

Angra III atrasa empréstimo

**Sem acordo com o Bird,
o País não recebe
US\$ 1,2 bilhão dos
bancos privados**

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente

WASHINGTON — Um empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial à Eletrobrás, ao qual estão vinculados outros empréstimos de US\$ 1,65 bilhão de bancos comerciais e do governo japonês, continua dependendo do final de negociações com o governo brasileiro sobre a usina nuclear de Angra III.

Este esclarecimento foi feito por um porta-voz do Banco Mundial, ontem à tarde, depois que a agência de notícias UPI divulgou a informação sobre a suspensão do empréstimo ao setor elétrico, que foi anunciada, na verdade, em 19 de novembro, ao Estado, por uma fonte do governo norte-americano.

O empréstimo para o setor elétrico, que estava para ser concedido, depois de dois anos de negociações, ficou bloqueado com a incorporação da Nuclebrás pela Eletrobrás. O problema maior é o de que o Banco Mundial não considera Angra III economicamente viável, e o governo brasileiro encontra dificuldades em recuar agora.

“Para o Brasil, Angra III sairá muito mais cara do que a construção de uma hidrelétrica. Mas agora é uma questão de soberania nacional”, explicou uma fonte, em Washington.

O acordo do Brasil com os bancos credores vinculou o desembolso do saldo de US\$ 1,2 bilhão, em duas parcelas de US\$ 600 milhões cada, à liberação do empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial para a Eletrobrás. A esta conta vinculada somam-se, ainda, mais US\$ 450 milhões de um empréstimo japonês. O total: US\$ 2,15 bilhões.

NOVA REUNIÃO

A diretoria do Banco Mundial deveria ter examinado o empréstimo para o setor elétri-

co brasileiro em 6 de dezembro, mas um diretor pediu um adiamento para janeiro. Mas isto não significa que a nova reunião esteja marcada para o começo do ano.

“As negociações estão bem encaminhadas. Só depois que forem concluídas é que se poderá fixar a data de uma nova reunião do banco para apreciar o empréstimo. Isto poderá ocorrer até março”, como disse um funcionário do Banco Mundial.

O impasse, que já atrasou o penúltimo desembolso dos bancos comerciais, de US\$ 600 milhões, poderá atrasar também o último, do mesmo valor, previsto para “não antes de 1º de abril”, segundo o acordo assinado em setembro.